

TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO ENSINO SUPERIOR: uma revisão integrativa de literatura científica

*Ayla Campos Pereira*¹

*Vinicius Novais Gonçalves de Andrade*²

RESUMO: Esse estudo apresenta os resultados parciais de pesquisa realizada com apoio do programa PIBIC de Iniciação Científica da Faculdade Alfredo Nasser (UNIFAN). Tem objetivo de, teoricamente, apreender e analisar as principais dimensões que constituem o fenômeno de travestis e transexuais no Ensino Superior. Trata-se de uma pesquisa com delineamento de revisão integrativa de literatura científica, composta por 06 artigos. Os resultados indicam que a maior parcela de publicações aconteceu no ano de 2018, que os referencias teóricos dos artigos privilegiam teoricamente os estudos pós críticos e de gênero e sexualidade e, metodologicamente, enfocam estratégias com utilização de recursos narrativos. Concluímos pontuando a escassez de publicações sobre essa temática, apontando que o estudo do cenário atual das travestilidades e das transexualidades no Ensino Superior é necessário para compreendermos quais processos sociais e culturais se dinamizam para discriminarem e excluírem essas pessoas, impedindo-as de exercerem seu direito de acesso à educação.

PALAVRAS-CHAVE: Transexuais. Travestis. Gênero. Ensino Superior

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho se constitui como um recorte de uma pesquisa maior intitulada “Análises sobre o preconceito e discriminação contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT): o Ensino Superior em foco” (ANDRADE; PEREZ, 2019) e formalmente consiste em um relatório parcial de pesquisa do programa de bolsas PIBIC (Iniciação Científica na linha de pesquisa Educação, Cultura e Comunicação) e, portanto, são apresentadas análises teóricas preliminares.

Para se compreender as dinâmicas atuais das travestilidades e das transexualidades no Ensino Superior, primeiramente, mostra-se necessário elucidar sobre essas pessoas, em suas identidades culturais, e sobre como estão incluídas e excluídas dos diversos espaços sociais, uma vez essas dinâmicas envolvem sua (in) sujeição às normas culturais de gênero e a

¹ Acadêmica de PIBIC, Iniciação Científica. Vigência 2019-2020. Acadêmica do 6º Período de Psicologia da Faculdade Alfredo Nasser. E-mail: aylacpereira@gmail.com.

² Orientador de PIBIC. Vigência 2019-2020. Docente da Faculdade Alfredo Nasser. Estágio Pós Doutoral pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutor pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás com período de Estágio Doutoral Sanduiche na Universidade do Porto – Portugal. E-mail: viniciusnovais@unifan.edu.br.

consequente experiência de serem vítimas de preconceito e discriminação. Dito de outra forma, travestis e transexuais questionam as verdades culturais ou o (suposto) normal das masculinidades e feminilidades construídas socialmente, sofrendo efeitos como a violência e o não acesso a lugares sociais.

Refletir sobre as pessoas que divergem da ideia de “normalidade” inculcada compulsoriamente pelos contextos sociais, considerada culturalmente como o “correto”, como a heterossexualidade e os binarismos de gênero masculino e feminino, é pensar na diversidade ou pluralidade das expressões de gênero (ANDRADE, 2017). Para além do simples “enquadre de pessoas”, travestis ou transexuais, que nossa linguagem constrói e categoriza, esses sujeitos são compreendidos prioritariamente como desobedientes da norma, “criminosos” que violentam e ferem as normas de gênero e sexualidade de nossa cultura moderna ocidental.

De acordo com Bento (2008, p. 21), “Transexualidade, travestilidade, transgênero são expressões identitárias que revelam divergências com as normas de gênero uma vez que estas são fundadas no dimorfismo, na heterossexualidade e nas idealizações”.

Reitera-se, portanto, sobre a dimensão identitária de travestis e transexuais e sobre a necessidade de entender que a noção do sujeito transgressor das normas de gênero se funda a partir do argumento de que o indivíduo não é visto *a priori* como a travesti, o/a transexual e o/a transgênero mas como alguém que está ferindo, violentando o que a cultura construiu como normal; que desafia ou dribla as normas sociais da heteronormatividade e cisgeneridade, colocadas a nós de forma compulsória e cercada de idealizações.

Bento (2008, p. 183) caracteriza a transexualidade como

Dimensão identitária localizada no gênero, e se caracteriza pelos conflitos potenciais como as normas de gênero à medida que as pessoas que a vivem reivindicam o reconhecimento social e legal do gênero diferente ao informado pelo sexo, independentemente da realização da cirurgia de transgenitalização.

Travestis, de acordo com Jesus (2012, p. 9), são

pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero. É importante ressaltar que travestis, independentemente de como se reconhecem, preferem ser tratadas no feminino, considerando insultoso serem adjetivadas no masculino: AS travestis, sim. OS travestis, não. A nossa sociedade tem estigmatizado fortemente as travestis, que sofrem com a dificuldade de serem empregadas, mesmo que tenham qualificação, e acabam, em sua maioria, sendo forçadas a trabalharem como profissionais do sexo. Entretanto, nem toda travesti é profissional do sexo.

Segundo pesquisa realizada e divulgada em 2015 pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), 43% se sentiam inseguros no ambiente escolar por causa de sua identidade/expressão de gênero. Ainda na mesma pesquisa 55% dos estudantes afirmaram ter ouvido comentários negativos especificamente a respeito de travestis e transexuais.

Segundo relatório publicado em 2016 pela ONG “*Transgender Europe*”, o Brasil é o país em que mais se comete assassinatos de travestis, de mulheres e homens transexuais. Levando em consideração as diversas possibilidades de violência que a população transexual e travesti está submetida, estar em ambientes, como tem se mostrado os ambientes escolares, a sensação de insegurança não decorre apenas de ofensas verbais, ou violência psicológica, mas se constitui enquanto um medo real de ser assassinada (o).

De acordo com dados do ano de 2017 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 57% da população travesti e transexual não conseguiu concluir o Ensino Fundamental e apenas 0,02% conseguiram ingressar em cursos superiores de graduação; efeito de políticas públicas recentes que buscam incluir a população transexual e travesti nas Instituições de Ensino Superior.

O contexto escolar que deveria ser de ensino e aprendizagem assume, segundo dados estatísticos, um lugar de exercício da violência, um lugar que não se pode frequentar, ocasionando a evasão escolar. Ainda que existam políticas públicas com o objetivo de incluir a população transexual e travesti não é comum haver subsídio institucional que efetive a inclusão e que possibilite condições de permanência do sujeito na Educação Básica e Ensino Superior. Mesmo que estes indivíduos adentrem as instituições de ensino, o não acolhimento, a violência psicológica, institucional e, por vezes, física, ainda se constituem enquanto fatores importantes para que haja a evasão escolar.

A ausência de transexuais e travestis no contexto do Ensino Superior é multifatorial e requer análise para mudança desse cenário social e educacional. A dificuldade de acesso, a exclusão social, o ambiente hostil e violento são processos constitutivos dessa situação de barbárie, que culminam no não cumprimento da do Artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988, p. 123): “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Autorizada pela ignorância, pelo preconceito e pela discriminação, a mesma sociedade que dita “regras sociais” impede, pautada por hierarquias de poder e subordinação, que pessoas subvertoras das normas de gênero tenham acesso aos seus direitos garantidos por lei,

como a educação. Considera-se aqui o preconceito como opinião ou conjunto de opiniões que não possui fundamentação crítica, mas que se origina da tradição, do costume ou de uma autoridade cujas opiniões são aceitas sem discussão, podendo ainda se mascarar quanto falsa verdade (BOBBIO, 2004). A discriminação, baseada em preconceitos, por sua vez, consiste em ações de pessoas na direção de outras, com o intuito de prejudicá-las, oprimi-las e subalternizá-las.

Por considerarmos relevante o campo de estudos e pesquisas que buscam relacionar a população travesti e transexual com o Ensino Superior, essa investigação assume o objetivo de apreender e analisar, teoricamente, as principais dimensões que constituem o fenômeno de travestis e transexuais no Ensino Superior, buscando especificamente apreender a existência (ou não) de legislação específica para inclusão de travestis e transexuais no Ensino Superior, analisar teoricamente os fatores sociais e culturais que historicamente impediram a inclusão de travestis e transexuais nos espaços de escolarização e analisar as dinâmicas de preconceito e discriminação vividas por travestis e transexuais no Ensino Superior.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa é delineada, metodologicamente, como uma revisão integrativa de literatura científica. Esta busca integrar estudos anteriores sobre uma determinada temática, incluindo trabalhos com diferentes teorias e metodologias, mapeando-as, avaliando-as e sintetizando-as. De acordo com Mattos (2015, p. 2),

A “revisão integrativa” surgiu como alternativa para revisar rigorosamente e combinar estudos com diversas metodologias, por exemplo, delineamento experimental e não experimental, e integrar os resultados. Tem o potencial de promover os estudos de revisão em diversas áreas do conhecimento, mantendo o rigor metodológico das revisões sistemáticas. O método de revisão integrativa permite a combinação de dados da literatura empírica e teórica que podem ser direcionados à definição de conceitos, identificação de lacunas nas áreas de estudos, revisão de teorias e análise metodológica dos estudos sobre um determinado tópico. A combinação de pesquisas com diferentes métodos combinados na revisão integrativa amplia as possibilidades de análise da literatura.

Para a construção de uma investigação de revisão integrativa, pontua Mattos (2015, p. 7-9), ser necessário o cumprimento de seis etapas, a saber:

1 - identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa; 2 - estabelecimento de critérios para inclusão e

exclusão de estudos/ amostragem ou busca na literatura; 3 - definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/ categorização dos estudos; 4 - avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; 5 - interpretação dos resultados; 6 - apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

Foram utilizados nesta pesquisa artigos oriundos dos seguintes bancos de informações científicas: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), SciELO e Google Scholar, utilizando as combinações de descritores: Travestis X Ensino Superior; Transexuais X Ensino Superior; Transgêneros X Ensino Superior. Foram utilizados como critérios de inclusão de artigos: terem sido publicados entre 2015 a 2019; possuírem títulos e resumos alinhados com a temática e objetivo desta pesquisa; terem sido publicados em língua portuguesa e estarem disponíveis on-line. Foram excluídos todos os outros artigos não possuíam afinidade com o tema, que estavam fora do intervalo de tempo proposto, que não estavam publicados em português. Na aplicação dos critérios de inclusão, o *corpus* final da revisão integrativa foi constituído por 06 artigos.

Os artigos científicos que atenderam aos critérios de inclusão foram sistematizados considerando os seguintes aspectos: nome do artigo; nomes dos autores; ano de publicação; objetivo; referencial teórico, referencial metodológico, organizados no Quadro 1.

Quadro 1 - Sistematização dos artigos da revisão integrativa

No	Título do Trabalho	Autor (a)	Ano	Objetivo	Referencial Teórico	Referencial Metodológico
1-	Narrativas formativas de estudantes transexuais da Universidade Federal de Sergipe	Alfrancio Ferreira Dias; Helma de Melo Cardoso; Adriana Lohanna dos Santos; e, Éverton Gonçalves de Ávila.	2018	“Refletir sobre o processo formativo de estudantes transexuais na Universidade Federal de Sergipe. Questionando: a presença de estudantes transexuais gera questionamentos e desestabilizações às normas de gênero, desencadeando novas formas de aprendizagens e de negociações no que se refere às discussões de gênero e sexualidades no ensino superior? A inserção de estudantes transexuais no ensino superior tem provocado mudanças curriculares e modos de subjetivação?”	Estudos pós-críticos (“artefato cultural envolvido em relações de poder e na produção dos sujeitos”).	Abordagem qualitativa pós crítica, através da realização de entrevistas narrativas.
2-	Fronteiras e fluxos no âmbito acadêmico: Intepelações de corpos transgressores da heteronormatividade	Magda Dimenstein; Emily Mel Fernandes de Souza; Jader Leite Candida Dantas; E, João Paulo Macedo	2018	“analisar os modos de circulação, afetos vividos, fronteiras e porosidades percebidas, resistências e negociações operadas por uma estudante travesti no espaço de uma universidade pública.	“Estudos de gênero e sexualidade, bem como os que analisam processos de subjetivação relativos aos contextos urbanos”	“Narrativa das práticas cotidianas e dos encontros entre a estudante e o espaço da universidade durante uma semana, registrados por escrito. A análise dessa narrativa foi orientada pela perspectiva crítica do discurso”
3-	O banheiro como espaço político de gênero	Alfrancio Ferreira Dias; Fabio Zoboli; e, Adriana Lohanna dos Santos.	2018	Objetiva, a partir dos corpos de estudantes transexuais da Universidade Federal de Sergipe (UFS), analisar o banheiro como espaço político de gênero, por meio de um estudo qualitativo com base em entrevistas narrativas feitas com sete. Como resultado, tem-se a percepção de que estudantes transexuais lidam com dificuldades,	Não consta	Estudo qualitativo com base em entrevistas narrativas

				situações de preconceito e, além disso, precisam encontrar estratégias para utilizar o banheiro na universidade estudantes transexuais de cursos de graduação da UFS.		
4-	Entre as políticas de inclusão e as estratégias: as experiências de pessoas trans* no ensino superior	Amarubi Oliveira; e, Keo Silva	2017	“Analisar através do método biográfico a experiência de pessoas trans* no ensino superior, focando nas estratégias utilizadas por elas para sua permanência”	Não consta	Método biográfico
5-	Populações transexuais e universidade: o desafio da aceitação e efetivação da desigualdade de acesso ao Ensino Superior	Fausto Delphino Scote	2016	“Problematizar a dificuldade de acesso e aceitação social da população trans no ensino superior	Não consta	Não consta
6-	Biodireito e transgeneridade: a vivência educacional das mulheres trans sob a ótica dos direitos humanos	Camila Pina Brito; Emille Vasconcelos do Rosário; e, Maristela Martins de Souza Almeida	2014	Analisar o “impacto da transfobia institucional na vivência educacional das mulheres trans”	Não consta	Pesquisa Bibliográfica

Fonte: Banco de informações construído pelos pesquisadores.

Os dados apresentados no Quadro 1 são descritos neste relatório parcial de Iniciação Científica e as temáticas que foram apreendidas nos artigos e que se encontram em fase de síntese integrativa, serão analisadas no Relatório Final do PIBIC, a ser entregue no mês de Março de 2020.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta pesquisa de revisão integrativa procedeu-se a “coleta”, sistematização e análise (essa ainda em processo) do *corpus* de 06 artigos que atenderam aos critérios de inclusão/exclusão descritos na seção de metodologia. Dentre os artigos incluídos, 03 foram publicados no ano de 2018, 01 em 2017, 01 em 2016 e 01 em 2014.

Os artigos apresentaram objetivos tais como: analisar a experiência das pessoas *trans* (travestis e transexuais) no Ensino Superior e as estratégias utilizadas para permanecerem na instituição; refletir sobre os processos formativos dos estudantes transexuais na Universidade Federal de Sergipe com como a discussão das categorias gênero e sexualidade no Ensino Superior; analisar os modos de circulação ou trânsito, afetos vividos, e experiências vividas por uma travesti acadêmica de uma universidade pública brasileira; analisar o banheiro de uma instituição universitária (pública) como espaço político e de análise da categoria gênero; a dificuldade do acolhimento e aceitação da população travesti e transexual no Ensino Superior; analisar o impacto da violência institucional na experiência acadêmica das mulheres transexuais.

Dos artigos apropriados na revisão integrativa, do ponto de vista do referencial teórico utilizado, em 04 deles essa informação não consta no resumo. Nos artigos em que essa informação foi disponibilizada no resumo, tem-se que: 01 deles parte de estudos pós críticos³ e 01 de estudos de gênero e sexualidade.

Do ponto de vista dos referenciais metodológicos utilizados nos artigos da revisão integrativa, tem-se que em 04 deles foram utilizados recursos narrativos, sejam eles de pesquisa biográfica, sejam de entrevistas narrativas; 01 artigo utilizou metodologia de revisão de literatura e em 01 artigo essa informação não constava no resumo. Refletimos e questionamos sobre a inexistência de pesquisas quantitativas realizadas em espaço

³ Esse referencial teórico será discutido na versão final do Relatório de Iniciação Científica.

universitário e que estejam publicadas nos artigos, que se deve essa ausência? Seria pela impossibilidade de construção de grandes amostras?

As temáticas abordadas nos artigos – e que emergiram repetidamente – se referem a questões institucionais, sociais e físicas no Ensino Superior em relação à população transexual e travesti, trazem relatos e análises de suas experiências no contexto universitário, ou seja, como veem e sentem o seu próprio processo de inclusão (ou não) no contexto de Ensino Superior. Aspectos esses que serão analisados para a versão final do Relatório de PIBIC.

4 CONCLUSÕES

Este estudo, relatório parcial de PIBIC, intitulado “Travestis e Transexuais no Ensino Superior: uma Revisão Integrativa de Literatura Científica” buscou apreender e analisar, teoricamente, as principais dimensões que constituem o fenômeno de travestis e transexuais no Ensino Superior, entendendo que esse grupo populacional encontra pouco acesso ao contexto universitário e na produção científica, haja vista o número reduzido de publicações de obras relacionadas à temática em questão desse estudo.

Concluimos, a partir da revisão integrativa (ainda em processo de construção), que os referenciais teóricos mais apropriados para a fundamentação dos artigos são dos estudos de gênero e sexualidade e pós críticos. Concluimos também que do ponto de vista metodológico o principal instrumento utilizado tem sido direcionado às narrativas de travestis e transexuais. Inferimos que isso se justifica como uma possibilidade de atribuir foco e dar voz a esses sujeitos que foram (e continuam sendo) silenciados, desconsiderados e apagados de nosso cotidiano, inclusive do Ensino Superior.

Argumentamos sobre a necessidade de que mais estudos e pesquisas sejam realizadas assumindo como objeto de investigação transexuais e travestis no Ensino Superior. Mais que isso, e principalmente, argumentamos a favor de que em um futuro próximo sejam elas a ocupar o lugar de pesquisadores e pesquisadoras dos espaços educacionais.

REFERÊNCIAS

ABGLT. Relatório da Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional

no Brasil 2016: As Experiências de Adolescentes e Jovens LGBT em nossos Ambientes Educacionais. Disponível em: <<https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

ANDRADE, V. N. G. **Transfobia no percurso denunciativo brasileiro**: um estudo a partir do Disque Direitos Humanos da Presidência da República. 304 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

ANDRADE, V. N. G. A; PEREZ, F. S. B. **Análises sobre o preconceito e discriminação contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)**: o Ensino Superior em foco. Projeto de Pesquisa Faculdade Alfredo Nasser (não publicado), 2019.

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Mapa de Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Disponível em: . Acesso em: 05 ago. 2019.

BENTO, B. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BOBBIO, N. **A Era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília, 2012. E-book. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/87846526/Orientacoes-sobre-Identidade-de-Genero-Conceitos-e-Termos>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

MATTOS, P. C. **Tipos de Revisão de Literatura**. Biblioteca Prof. Paulo Carvalho de Mattos, 2015.